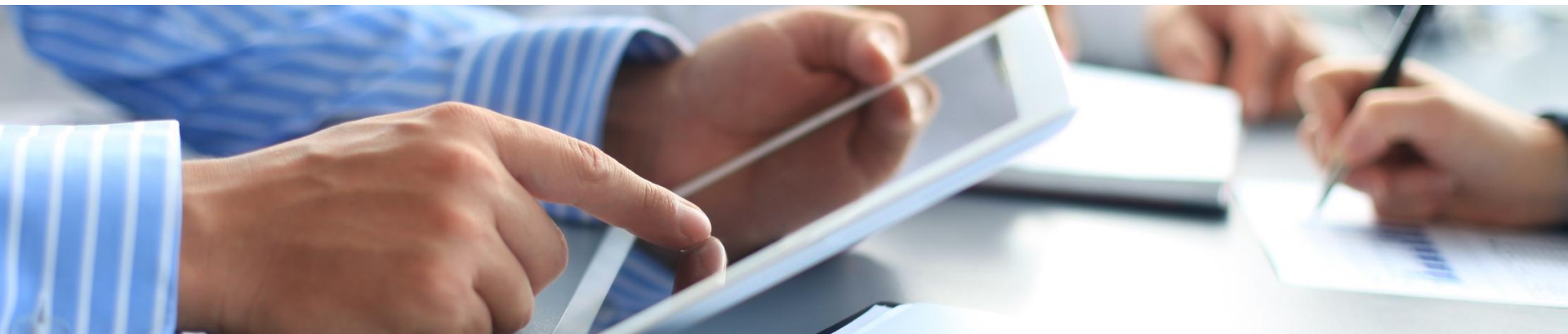




## **Situação Fiscal dos Estados Brasileiros: diagnóstico e perspectivas**

**Fabio Klein**



Na fase pré-pandemia, o Brasil e os Estados estavam passando por um **processo gradual de melhora fiscal**.



A melhora do resultado primário em 2019, em conjunto com um **contexto de juros e inflação baixos**, promoveu boa **redução do déficit nominal e desaceleração do crescimento da dívida do setor público**.

**Havia uma agenda econômica de continuidade do ajuste fiscal**

**As PECs Emergencial, do Pacto Federativo, dos Fundos e da Regra de Ouro** complementavam o processo de ajuste fiscal com foco em contenção dos gastos.

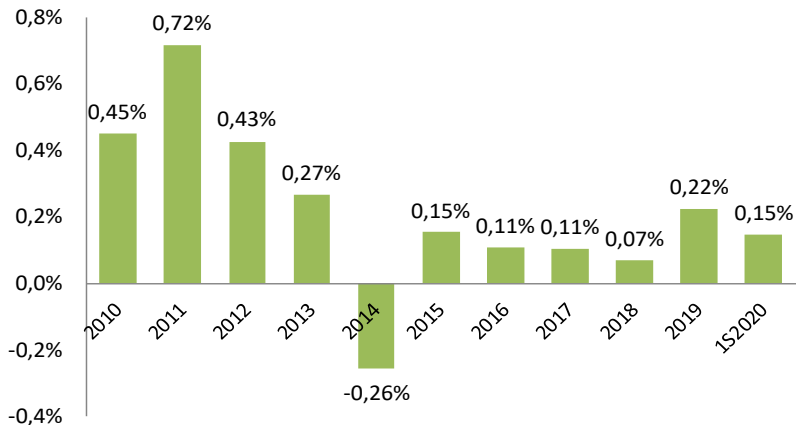
No caso dos estados, havia uma agenda de continuidade do processo de **renegociação das dívidas** condicionado a um plano de ajuste fiscal, notadamente o **Plano de Equilíbrio Fiscal** ( "Plano Mansueto").

# Situação Fiscal na Pré Pandemia

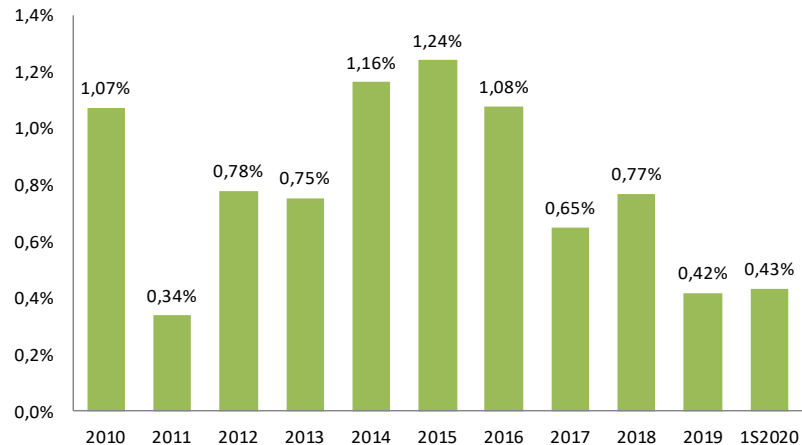
A pandemia da covid-19 de certa forma atrapalhou o processo de melhora fiscal observado em 2019.

- **Resultado primário:** o bom superávit de 2019 de 0,22% do PIB - o melhor desde 2014 - foi reduzido para 0,15% do PIB no 1S20.
- **Déficit nominal:** os juros e inflação baixos evitaram que a redução do saldo primário resultasse em piora do déficit nominal no 1S20, que ficou estável em 0,4% do PIB.

**Resultado Primário - Estados (% PIB)**



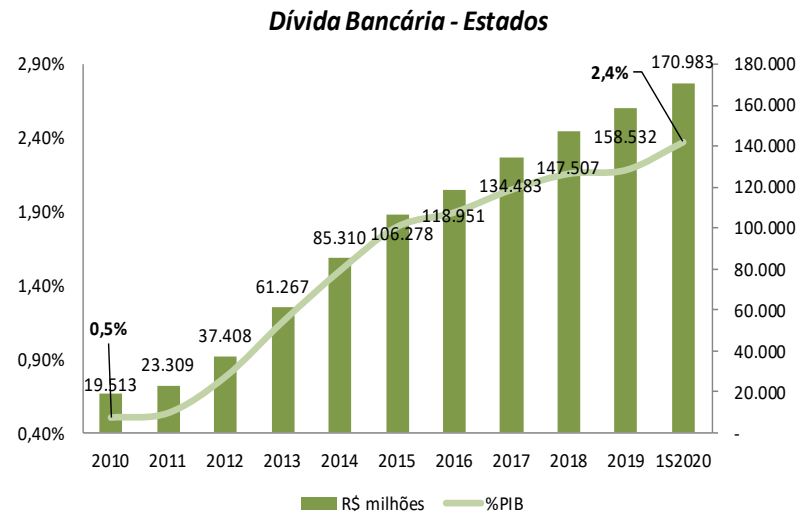
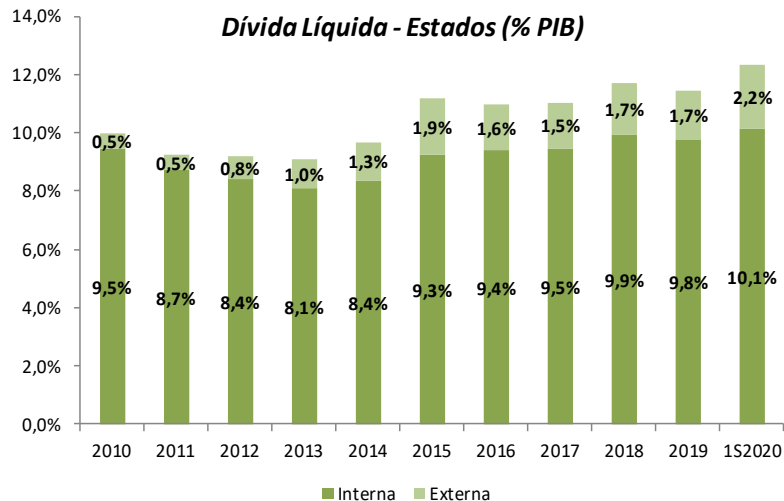
**Déficit Nominal - Estados (% PIB)**



# Situação Fiscal na Pré Pandemia

O Brasil sairá ainda mais endividado na pós pandemia, mas Estados foram beneficiados com suspensão dos pagamentos da dívida.

- **Dívida líquida:** subiu de 11,5% do PIB em 2019 para 12,3% do PIB no 1S20, com destaque para a elevação mais forte na dívida externa (2,2% do PIB).
- **Dívida bancária:** após período de estabilidade entre 2017 e 2019 ao redor de 2,2% do PIB, acelerou para 2,4% do PIB no 1S20 atingindo R\$ 170,9 bilhões.



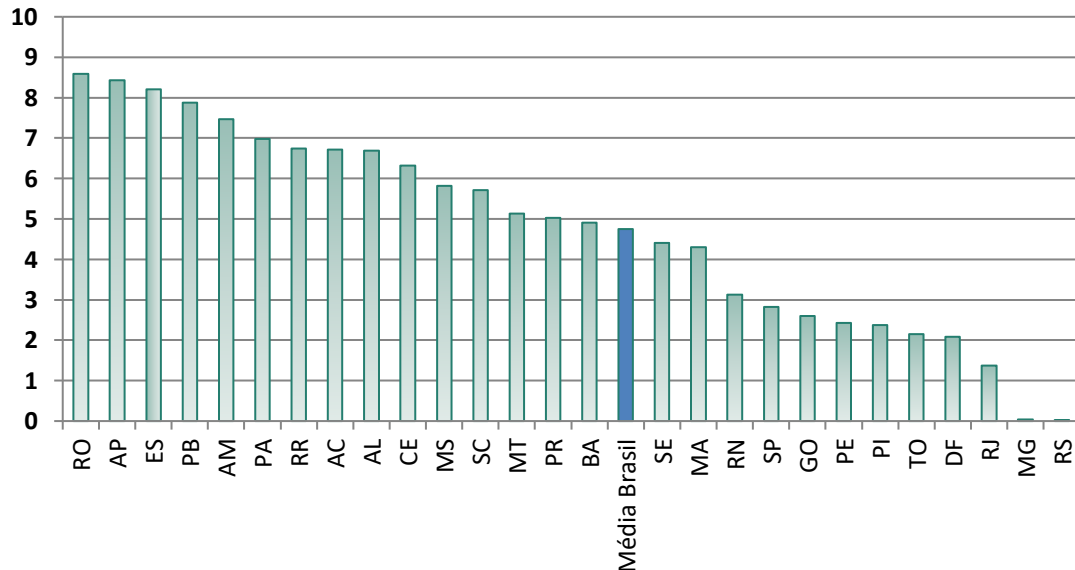
# Monitor Fiscal Tendências<sup>©</sup> - Estados

A nota fiscal média dos Estados entre 2018 e 2020 (1º semestre) foi de 4,8, equivalente a uma situação fiscal fraca.

Estados com notas abaixo de 4,0 (situação fiscal muito fraca) tendem a ter problemas tanto de fluxo quanto de estoque.

(2018-2020)

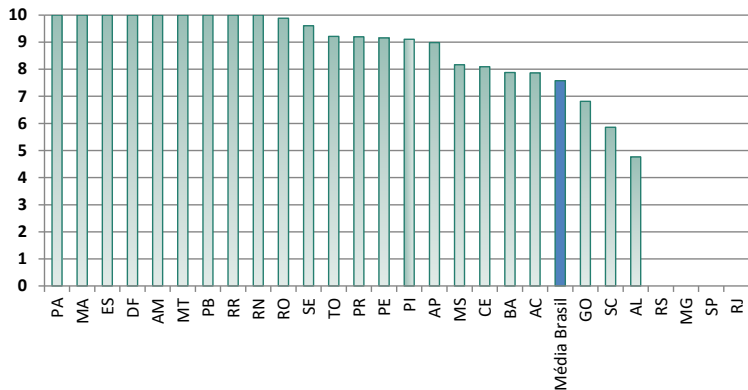
## Nota Fiscal Geral



Nota	Situação Fiscal / Risco de Crédito
8,0 a 10,0	Situação Fiscal Muito Boa – risco de crédito é muito baixo
6,0 a 8,0	Situação Fiscal Boa – risco de crédito é baixo
5,0 a 6,0	Situação Fiscal Média – risco de crédito é médio
4,0 a 5,0	Situação Fiscal Fraca – risco de crédito é alto
2,0 a 4,0	Situação Fiscal Muito Fraca – risco de crédito é muito alto
0,0 a 2,0	Situação Fiscal Péssima - risco de default

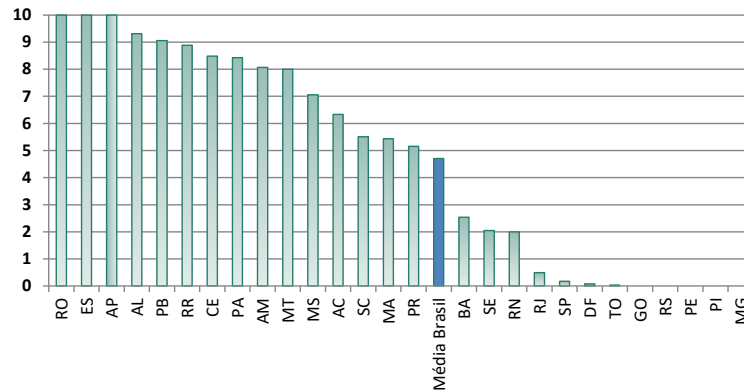
(2018-2020)

## Endividamento



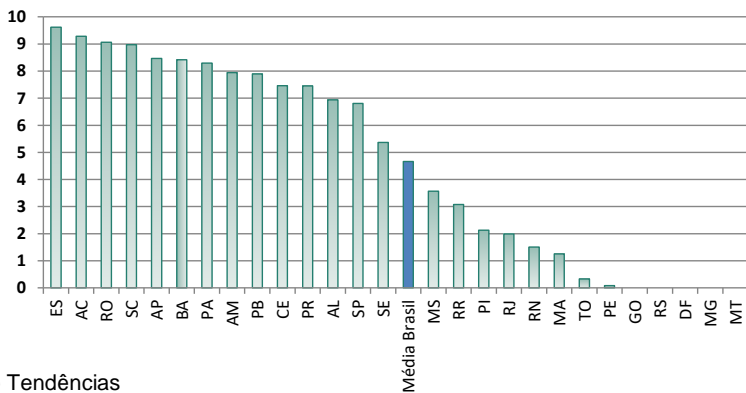
(2018-2020)

## Poupança Corrente



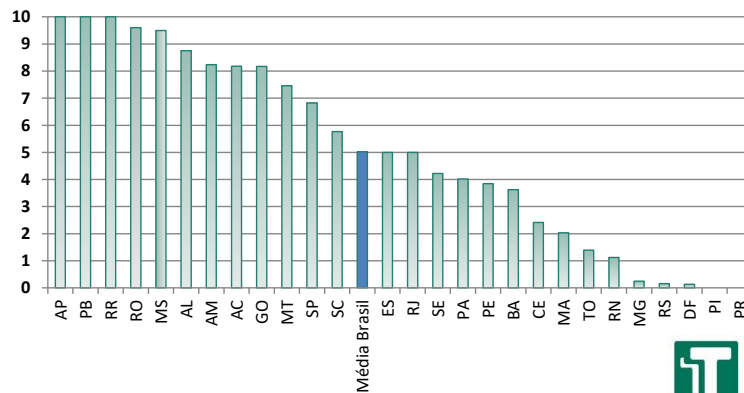
(2018-2020)

## Liquidez



(2018-2020)

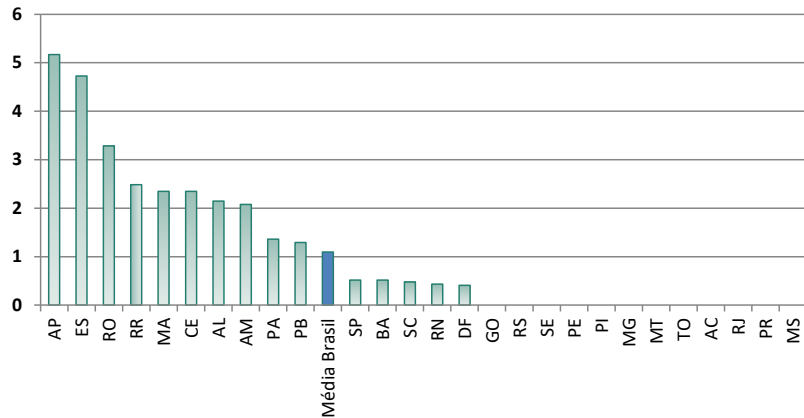
## Resultado Primário



# Monitor Fiscal Tendências<sup>©</sup> - Estados

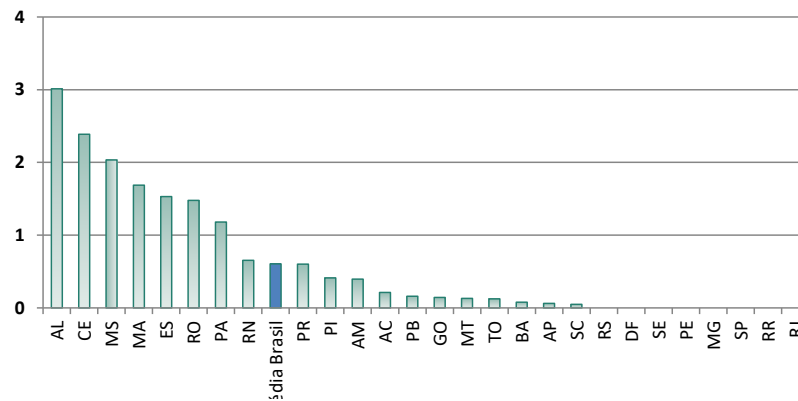
(2018-2020)

## Despesas com Pessoal

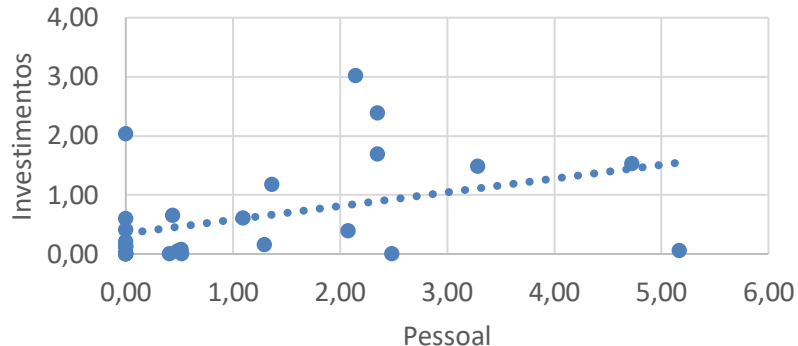


(2018-2020)

## Investimentos



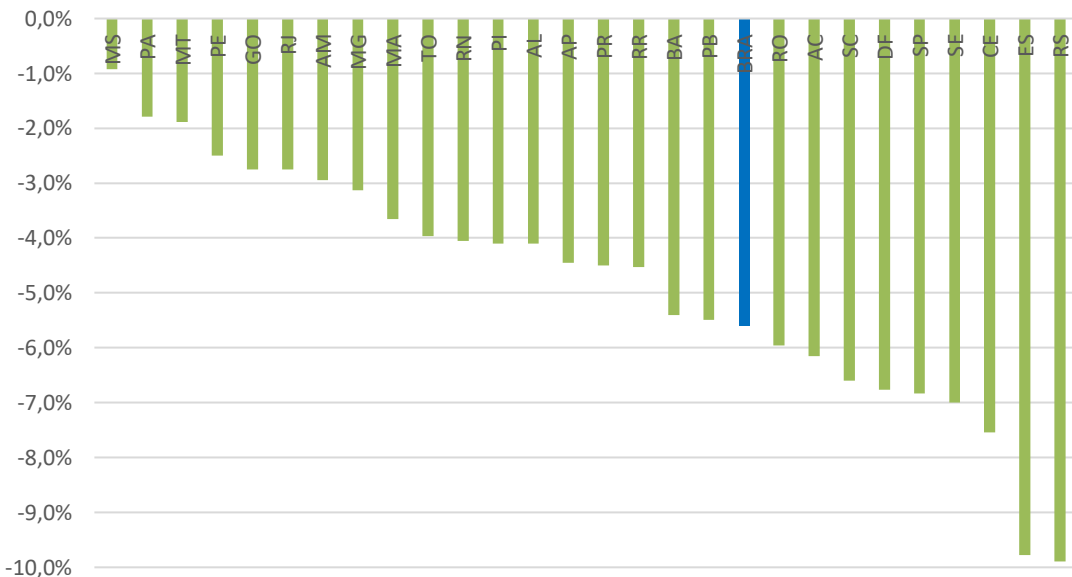
## Despesa Pessoal x Investimento



# Efeitos Econômicos da Pandemia

- Pandemia causará **queda histórica do PIB** em todos os Estados
- Estados mais fortemente ligados à **agropecuária e commodities**, voltados à exportação, devem ser **menos afetados pela crise este ano**.

PROJEÇÃO PIB ESTADUAL 2020 (%)



## FATORES POSITIVOS DE CURTO PRAZO

- **Auxílio Emergencial** mantém consumo essencial
- **Bazuca fiscal** evita piora da economia
- **Inflação e juros baixos** estimulam demanda
- Crise gera **aumento da poupança**
- **Boas condições financeiras**



# Efeitos Econômicos da Pandemia

No caso dos estados, o principal efeito negativo é sentido na arrecadação do ICMS, que é altamente cíclico.

Mas as perdas iniciais vêm diminuindo. De acordo com dados do Confaz:

- *ICMS acumulado até junho: queda de 3,8% (aproximadamente 5,8% em termos reais).*
- *ICMS acumulado até setembro: queda de 0,8% (aproximadamente 3,8% em termos reais).*

## Fatores que ajudaram a manter e recuperar as receitas estaduais:

- ✓ **Auxílio Federal (choque de renda sustenta demanda)**
- ✓ **“Fique em casa” (boom no consumo de alimentos e itens residenciais)**
- ✓ **Relaxamento do isolamento social (retomada da circulação)**

O **auxílio federal** aos estados e municípios deve ser **suficiente** para compensar as perdas de receitas ou mesmo superá-las.

- Cenários e estudos diversos apontam que o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (Lei Complementar nº 173/2020) é relevante, com valores substanciais, e que devem gerar bom alívio fiscal e financeiro para a grande maioria dos Estados.
- Em alguns casos, a ajuda federal deve ser mais do que suficiente para repor as perdas estimadas.

- **Critérios de distribuição da ajuda federal geram disparidade entre os estados, favorecendo principalmente estados do Norte.**
- **Os menos favorecidos são SC e PR**

# Auxílio Federal

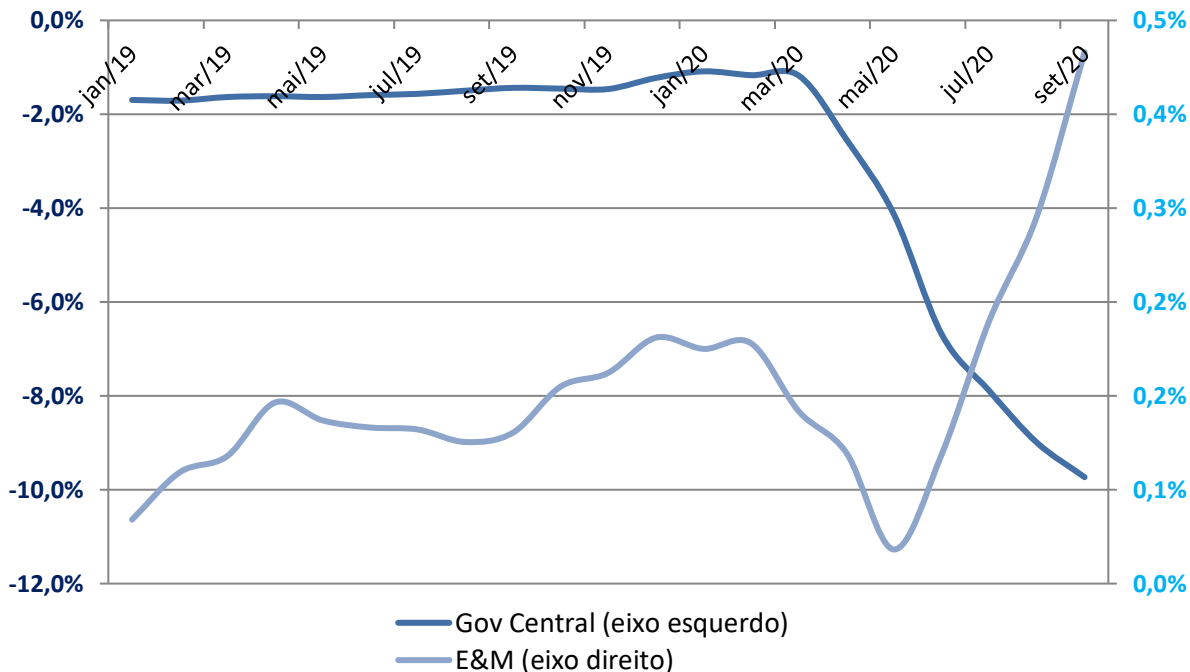
O auxílio federal aos estados e municípios no valor de R\$ 79,2 bi equivale a quase 14% de todo o gasto federal no combate à covid e 15,5% da arrecadação total do ICMS em 2019



# Desempenho Fiscal dos Estados na Pandemia

Uma característica marcante deste ano pandêmico é o bom desempenho dos governos subnacionais – principalmente os Estados – superior até ao mesmo período de 2019.

## RESULTADO PRIMÁRIO (12 MESES EM % PIB)

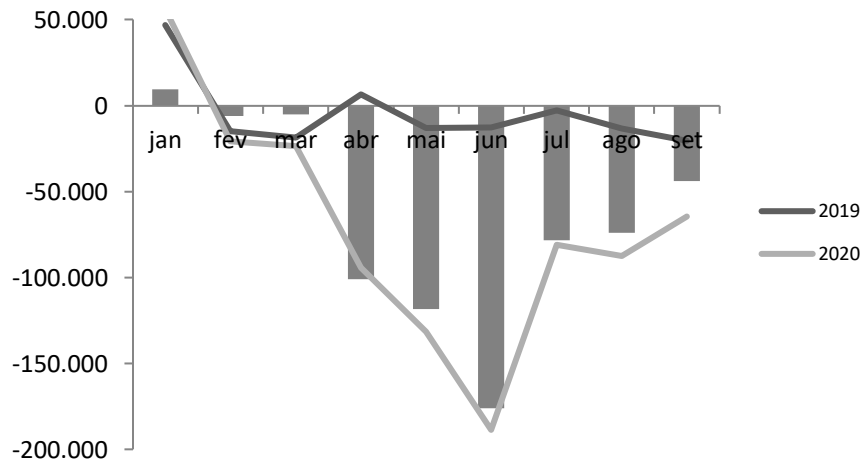


Enquanto o resultado primário do Governo Central piora, o de E&M só melhora: desde maio, o resultado primário de E&M vem melhorando mês a mês, partindo de um superávit de 0,03% do PIB em 12 meses até maio para um saldo positivo de 0,45% do PIB em setembro.

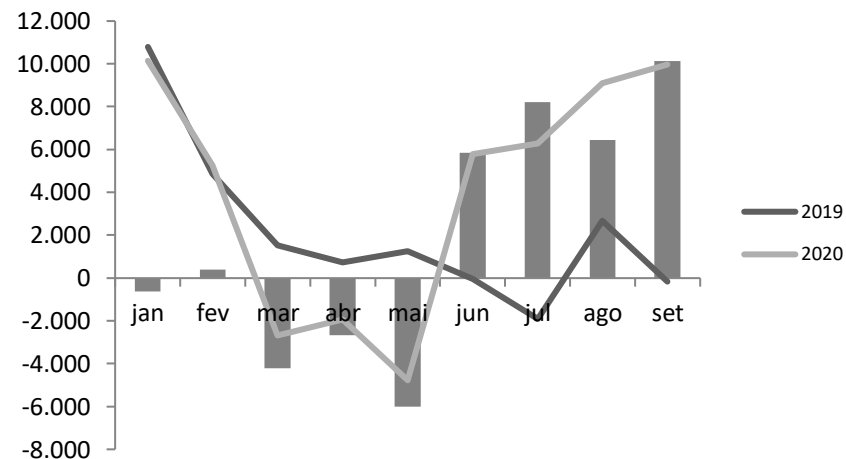
# Desempenho Fiscal dos Estados na Pandemia

O desempenho dos governos subnacionais tem sido superior ao mesmo período de 2019 e em direção contrária à piora observada no Governo Central

## RESULTADO PRIMÁRIO GOV.CENTRAL (R\$ Milhões)



## RESULTADO PRIMÁRIO E&M (R\$ Milhões)



A análise desagregada dos dados fiscais regionais mostra que enquanto as regiões N, NE e CO apresentaram diferença positiva de R\$ 16,5 bi no resultado primário em 12 meses até setembro na comparação com o fechamento de 2019, as regiões S e SE apresentaram diferença positiva bem menor, de R\$ 3,4 bilhões. Das regiões, apenas a região S apresentou diferença negativa nesse período.

# Perspectivas

A saída das medidas de combate à pandemia impõe desafios à retomada econômica e à consolidação fiscal dos Estados.

## DESAFIOS A PARTIR DE 2021

- Redução do auxílio emergencial
- Fim da suspensão do pagamento da dívida
- Descongelamento de remuneração e salários de servidores
- Cumprimento apertado da regra do teto dos gastos (afeta Estados indiretamente pela redução em gastos discricionários)
- Renegociação da dívida??
- Reforma tributária??

## Perspectivas

A retomada da agenda de renegociação da dívida com estados estará **condicionada pelas novas e crescentes restrições fiscais do governo federal.**



Se é verdade que, mais do que nunca, um **novo plano de renegociação das dívidas e de auxílio aos estados será necessário** para possam reconstruir suas finanças no pós-

pandemia, também **é fato que o governo**

**federal enfrentará restrições fiscais tão grandes, ou até mesmo superiores, às enfrentadas pelos**

**estados.** Se na pré-pandemia o Tesouro já vinha adotando uma postura mais rígida na sua relação financeira com os entes subnacionais, restringindo as regras do CAPAG, agora não será diferente.

**As condicionalidades antes presentes para adesão ao RRF ou PEF devem continuar valendo, ainda que com adaptações.** A adaptação e/ou reedição de planos de renegociação como o RRF e PEF, ainda que ajustados ao novo contexto de reconstrução da economia e das finanças estaduais no pós-pandemia, muito provavelmente manterão presentes as ações e condicionalidades para adesão dos estados, **baseadas num plano crível de aumento das receitas, cortes em despesas e mudanças regulatórias**

- Reputação, credibilidade e capacidade de negociação serão aspectos chave no processo de negociação.